

MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 2670.09 /2021.
PROJETO DE LEI Nº 2678.09 /2021.

Progresso, 29 de outubro de 2021.

Senhor Presidente e
Senhores Vereadores:

Em cumprimento ao que determina a Legislação Federal e a Lei Orgânica Municipal, encaminhamos à apreciação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2022, elaborado de acordo com as metas estabelecidas no Plano Plurianual do período de 2022 a 2025, e Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2022, já aprovadas por essa Casa, seguindo também as determinações da Lei 4320/1964 e LC nº 101/2000.

A Receita foi orçada com base nas transferências constitucionais e na receita própria, o que foi embasado em demonstrativos de previsão repassados pelos Governos Federal e Estadual, além de estudos efetuados na Secretaria da Fazenda Municipal, relativos às possibilidades de arrecadação própria.

O Projeto de Lei foi precedido de Audiência Pública, com ampla divulgação e participação de Secretários, Vereadores, lideranças e Representantes da Sociedade Civil e foi entregue tempestivamente a esse Legislativo, obedecendo rigorosamente os prazos previstos na Lei Orgânica Municipal.

Destacamos o amplo esforço do Executivo Municipal na reserva de um percentual maior para investimentos, conforme demonstrado no corpo da Lei, o que vem de encontro à expectativa de toda a sociedade progressense.

Para fixar a despesa, foi utilizado como parâmetro a experiência dos anos findados e do presente exercício financeiro e as projeções de novas metas, programas e atividades planejadas para o próximo ano.

Sendo a matéria de fundamental importância e certos da colaboração dos Nobres Edis subscrevemo-nos renovando nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente

Paulo Gilberto Schmitt
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 2678, DE 29 de OUTUBRO DE 2021.
ORIGEM: EXECUTIVO MUNICIPAL

Orça a Receita e Fixa a Despesa do
Município de Progresso para o exercício
de 2022.

O Prefeito Municipal de Progresso, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º A Receita do Município de Progresso para 2022 é orçada em R\$ **27.500.000,00** (vinte sete milhões e quinhentos mil reais) e será arrecadada de acordo com a legislação vigente.

Art. 2º A Despesa para o exercício de 2022 é fixada em R\$ **27.500.000,00** (vinte sete milhões e quinhentos mil de reais) e será realizada de conformidade com as Leis Municipais nº 2568.09, de 29 de julho de 2021 (Plano Plurianual) e nº 2587.09, de 07 de outubro de 2021 (Diretrizes Orçamentárias), com as especificações constantes e quadros anexos, que ficam fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 3º É o Poder Executivo autorizado, de acordo com o disposto nos artigos 7, 42 e 43 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e do artigo 165 da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, e do artigo 5º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a abrir, durante o exercício, Créditos Suplementares, sejam por redução, excesso de arrecadação e superávit financeiro, até o limite máximo de 10% (dez por cento) da despesa total fixada.

Art. 4º O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o Crédito Suplementar se destinar a atender:

I - A abertura de Créditos Suplementares com a finalidade de custear convênios firmados com a União e com o Estado do Rio Grande do Sul, até o limite do valor repassado e seus rendimentos financeiros, indicando como fonte de recursos auxílios.

II - Insuficiências de dotações do grupo de natureza da despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo, excesso de arrecadação e/ou superávit financeiro do exercício anterior.

III - Despesas financiadas com recursos vinculados, operações de crédito e convênios mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo recurso, excesso de arrecadação e/ou superávit financeiro do exercício anterior.

IV - Pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida.

V - Despesas remanescentes de projetos concluídos, conforme estabelecidos no Anexo III - Metas e Prioridades da Lei nº 2587.09, de 07 de outubro de 2021 (Diretrizes Orçamentárias), os quais ao final de sua execução resultaram em valor menor que o inicialmente orçado.

Parágrafo Único: Não se enquadram no inciso I, do Art. 4º, as contrapartidas de competência desta municipalidade.

Art. 5º É o Poder Executivo vedado a realizar operações de crédito por antecipação da receita orçamentária.

Art. 6º É o Poder Executivo autorizado, mediante autorização específica do Poder Legislativo, realizar operações de crédito com destinação específica e vinculada ao projeto, nos termos da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, Capítulo VII, Seção IV, Subseção I.

Art. 7º Ficam automaticamente atualizados com base nos valores desta Lei, o montante das receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos nos artigos 2º, 3º e 4º da Lei nº 2587.09, de 07 de outubro de 2021 (Diretrizes Orçamentárias), que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2022.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROGRESSO,
Em, 29 de outubro de 2021

Paulo Gilberto Schmitt
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Secretário de Administração e Planejamento